

# PUBLICIDADELEGAL

## DELTA GLOBAL SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ 23.218.039/0001-85 - NIRE 43.300.066.517

### Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de Agosto de 2025

Aos 21 dias do mês de agosto de 2025, às 15 horas, realizou-se, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a Assembleia Geral Extraordinária da Delta Global Serviços e Tecnologia S.A., com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Por unanimidade, os acionistas deliberaram: [...] 5. Alterar o endereço da sede social da Companhia, que passará a ser na Avenida Ipiranga, nº 6.681, salas 501 e 511, prédio 99-A, Portal Tecnopuc, bairro Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 90619-900; 6. Alterar o objeto social, com a inclusão do CNAE 6204-0-00 (consultoria em tecnologia da informação) e a exclusão do CNAE 7490-1/04 (atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários); 7. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações acima aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada, na forma de sumário, a qual lida, aprovada e, por todos os presentes, assinada. Porto Alegre (RS), 21 de agosto de 2025. Mesa: Daniel Martin Ely, Presidente; Karine Varella, Secretária. Demais presenças: Daniel Martin Ely e Jonathan Figueiro Palauro (Random Serviços e Participações Ltda.); Bláir Costa D'Ávila e Nicolas Galvão Carvalho (Fleet Participações Ltda.); e Luciane Barbosa Carvalho (Foni Participações Ltda.). **Declaração:** A presente ata é assinada apenas pelos membros da Mesa, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Porto Alegre/RS, 21 de agosto de 2025. **Daniel Martin Ely** - Presidente; **Karine Varella** - Secretária. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certífico registro sob o nº 11342118 em 25/11/2025 da Empresa DELTA GLOBAL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS S.A., CNPJ 23218039000185 e Protocolo 254073565 - 05/11/2025. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. **Estatuto Social - DELTA GLOBAL SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.** CNPJ 23.218.039/0001-85 - NIRE 43.300.066.517. **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A Delta Global Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e demais disposições legais aplicáveis, e pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede. **Parágrafo Único.** A Companhia observará o Acordo de Acionistas celebrado em 03 de janeiro de 2025, conforme devidamente arquivado na sua sede social ("Acordo de Acionistas"), vigente pelo prazo de 30 (trinta) anos e automaticamente renovável por igual período, caso não seja denunciado por qualquer acionista com seis meses de antecedência ao término de seu prazo, sendo certo que a administração da Companhia zelará pela observância do Acordo de Acionistas e deverá declarar a nulidade do voto de qualquer acionista signatário que tenha sido proferido em contrariedade com as suas disposições, abstendo-se de computar tais votos. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Ipiranga, nº 6.681, salas 501 e 511, prédio 99-A, Portal Tecnopuc, bairro Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 90619-000. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá, a qualquer tempo, abrir filiais, instituir subsidiárias e outros estabelecimentos, no país ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem como por objeto social: a) (CNAE 62.02-3-00) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; b) (CNAE 80.20-0-01) atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; c) (CNAE 62.04-0-00) consultoria em tecnologia da informação; d) (CNAE 52.29-0-02) serviços de reboque de veículos; e) (CNAE 66.29-1-00) atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente; f) (CNAE 45.20-1-01) serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; g) (CNAE 45.20-0-07) serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; h) (CNAE 82.20-2-00) atividades de teletendimento; i) (CNAE 66.19-3-02) correspondentes de instituições financeiras; j) (CNAE 66.21-5-01) peritos e avaliadores de seguros. **Artigo 4º.** A Companhia exercerá suas atividades sociais por prazo indeterminado, podendo ser dissolvida em virtude de determinação da Assembleia Geral ou nas hipóteses previstas na Lei das S.A. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.350.000,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 5.880.000 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com direito a voto nas deliberações sociais. **Parágrafo 1º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo 2º.** Cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Órgãos Sociais - Artigo 6º.** São órgãos da Companhia: a) a Assembleia Geral; b) o Conselho de Administração; c) a Diretoria; e d) o Conselho Fiscal. **Seção I - Assembleia Geral - Artigo 7º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 8º.** Sem prejuízo de outros dispositivos legais aplicáveis, os acionistas serão convocados a comparecer à Assembleia Geral por meio de correio eletrônico (e-mail), com aviso de recebimento, ou de notificação pessoal, via correspondência registrada, contendo uma cópia do edital de convocação com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em 1ª (primeira) convocação, ou 5 (cinco) dias de antecedência em segunda convocação, informando data, horário e a ordem do dia dessa reunião (não podendo ser incluídos na ordem do dia itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros assuntos" com caráter deliberativo). Além das hipóteses previstas em lei, as assembleias gerais poderão ser convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração ou acionista. **Parágrafo 1º.** Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais previstas nesta Cláusula, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os Acionistas. **Parágrafo 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei ou acordos de acionistas, as Assembleias Gerais somente poderão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, ao menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 3º.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por um dos acionistas escolhido entre os presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **Artigo 9º.** As deliberações e decisões das Assembleias Gerais da Companhia serão tomadas por acionistas que detiverem ao menos 80% (oitenta por cento) do capital votante, exceto nas situações em que a legislação aplicável, o Acordo de Acionistas ou este Estatuto Social exigirem um quórum superior. Excepcionalmente, deliberações que versarem sobre aumentos de capital social mediante a emissão de novas ações da Companhia (emissão primária) serão tomadas pela maioria (50%+1 Ação) do capital social. **Artigo 10º.** Sem prejuízo de outras matérias previstas em lei e no Acordo de Acionistas, as seguintes matérias, não exaustivas, quando relacionadas à Companhia ou a qualquer de suas controladas, deverão ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral: a) Alteração dos atos constitutivos; b) Reduções de capital, amortizações, recompra e/ou resgate de participações societárias; c) Desdobramento, agrupamento ou reagrupamento de participações societárias; d) Emissão ou venda de qualquer valor mobiliário; e) Emissão de bônus de subscrição ou opção de compra de participações societárias para quaisquer pessoas; f) Distribuição de lucros, observado o previsto no Artigo 26º; g) Modificação da política de distribuição ou retenção de lucros ou dividendos ou o efetivo pagamento de juros sobre capital próprio ou dividendos; h) Destituição e nomeação do Conselho de Administração; i) Fixação do montante anual global de remuneração dos diretores; j) Aprovação do orçamento anual e das contas da administração; k) Transformação, fusão, cisão, incorporação, ou qualquer outro tipo de reorganização societária; l) Liquidação e dissolução; m) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, e/ou confissão de falência, nos termos da legislação vigente, ou prática de atos que possam caracterizar uma recuperação extrajudicial de créditos; n) A realização de transações estranhas ao objeto social; o) Realização de quaisquer investimentos e/ou despesas, ou ainda a assunção de obrigações (inclusive através de instrumentos contratuais) - com ressalva dos empréstimos e dos financiamentos, disciplinados pelo item p) abaixo -, em valor individual ou em uma série de operações relacionadas, em cada exercício social, superior ao valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); p) Contratação de empréstimos e de financiamentos, renegociação de dívidas ou aprovação de operações similares, incluindo qualquer prorrogação, renovação ou refinanciamento, parcelamentos tributários (correspondentes a tributos cujo fato gerador tenha ocorrido após esta data), em valor individual ou em uma série de operações relacionadas, em cada exercício social, superior ao valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); q) Concessão de garantias em favor de terceiros, incluindo, mas sem limitação, a fiança e aval, independentemente do valor envolvido; r) Concessão de empréstimos, independentemente do valor envolvido; s) Aquisição de participações societárias e celebração de quaisquer acordos de associação, consórcios e *joint ventures*; t) Realização de investimentos ou desinvestimentos em sociedades ou outras pessoas jurídicas; u) Implementação de plano de opção de compra de ações (*stock option plan*) para empregados, conselheiros e pessoas-chave, e os seus respectivos termos e condições; v) Constituição de ônus sobre participações societárias; w) Realização de aportes adicionais de capital para fins de expansão ou investimentos extraordinários. **Artigo 11º.** Os votos dos acionistas nas Assembleias Gerais que violem qualquer uma das disposições da lei, deste Estatuto Social ou de Acordo de Acionistas serão considerados nulos e sem efeito. O presidente da respectiva Assembleia Geral não deverá contar os votos que violam a lei, o Estatuto Social ou o acordo de acionistas. **Artigo 12º.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procurador constituído há menos de 1 (um) de ano, nos termos da Lei nº 6.404/76, com a condição de que tais terceiros exerçam os direitos outorgados de acordo as disposições do Acordo de Acionistas. O respectivo instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da Companhia. **Artigo 13º.** Caso qualquer acionista ou sua respectiva controladora: (i) requeira a sua falência (autofalência) ou tenha a sua falência decretada; (ii) requeira recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) seja dissolvido, judicial ou extrajudicialmente; e (iv) seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial, por parte de autoridade governamental competente para tanto, todas as ações detidas pelo referido acionista permanecerão sujeitas a todos os termos e condições do Acordo de Acionistas e, mediante o envio de comunicação por escrito de outro Acionista, os seus direitos de voto poderão ser suspensos enquanto perdurarem as situações descritas nos itens (i) a (iv) deste artigo. **Seção II - Órgãos da Administração - Artigo 14º.** A Administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração individualizar, dentro do limite global aprovado pela Assembleia Geral, os valores a serem recebidos pela Diretoria. **Parágrafo 2º.** A posse dos administradores está condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Findos os mandatos, os membros da administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos, nos termos do art. 150, § 4º, da Lei das S.A. **Subseção I - Conselho de Administração - Artigo 15º.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 (três) membros, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, indicados e destituídos em observância ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** O Presidente do Conselho de Administração será nomeado pelos seus membros na primeira reunião do Conselho de Administração após a eleição de seus membros, e contará com voto de qualidade, em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º.** Ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia caberá presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar respectivo Secretário, que poderá ser algum dos membros do Conselho de Administração, advogado ou qualquer um dos representantes dos acionistas. **Parágrafo 3º.** Em caso de indisponibilidade temporária de um membro do Conselho de Administração ou de vacância de seu cargo, caberá à Assembleia Geral nomear um substituto, que completará o mandato de seu antecessor. **Artigo 16º.** O Conselho de Administração deverá

se reunir, ordinariamente, no mínimo 1 (uma) vez por trimestre (salvo se a reunião for dispensada formalmente pela totalidade dos membros do Conselho de Administração, por e-mail) e, extraordinariamente, sempre que convocado nos termos do Artigo 17º abaixo, em dia e horário previamente acordado entre os membros do Conselho de Administração, ou via teleconferência ou via videoconferência. **Artigo 17º.** As reuniões do Conselho de Administração, sejam ordinárias e/ou extraordinárias, deverão ser convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante aviso enviado por e-mail para todos os membros do Conselho de Administração com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, em 1ª (primeira) convocação, ou 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, informando data, horário e a ordem do dia dessa reunião (não podendo ser incluídos na ordem do dia itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros assuntos"), sempre facultando a participação dos membros por via remota e fornecendo aos membros do Conselho de Administração todos os documentos e informações necessários e aplicáveis (com brevidade razoável para análise previamente à reunião) à deliberação das matérias constantes da ordem do dia da reunião. **Parágrafo 1º.** Independentemente das formalidades de convocação previstas no *caput*, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração e estes tiverem expressamente renunciado às formalidades da convocação. **Parágrafo 2º.** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria absoluta dos conselheiros. **Parágrafo 3º.** Durante a reunião do Conselho em que esteja participando remotamente, o respectivo membro do Conselho de Administração deverá enviar cópia devidamente assinada do voto proferido por e-mail ao presidente do Conselho de Administração ou ao membro indicado para secretariar o ato, para o devido registro e arquivamento na sede da Companhia. **Parágrafo 4º.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata em papel ou eletrônica, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho e que tenham sido confirmados na forma do parágrafo acima, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 18º.** Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto a respeito de todos os assuntos a serem decididos pelo Conselho de Administração, conforme previsto neste Estatuto Social, na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas. O Conselho de Administração deliberará e aprovará matérias mediante a maioria de votos dos membros do Conselho de Administração presentes à respectiva reunião. **Artigo 19º.** Sem prejuízo de outras matérias previstas em lei e no Acordo de Acionistas, as seguintes matérias, não exaustivas, quando relacionadas à Companhia ou a qualquer de suas controladas, deverão ser objeto de deliberação pelo Conselho de Administração: a) Operações entre partes relacionadas; b) Alienação, oneração ou aquisição de participações societárias; c) Venda ou licença exclusiva ou outra forma de transferência ou alienação da totalidade ou de parte substancial dos ativos; d) Locação da totalidade ou de parte substancial dos ativos; e) Acordos que possam alterar, ampliar e/ou reduzir o escopo das atividades; f) Matérias que versem sobre *know-how* e propriedade intelectual da Companhia ou de suas controladas; g) A assunção de qualquer obrigação de indenizar, referente a atividades incluídas no objeto social e/ou a prática de quaisquer outros atos e a celebração de quaisquer documentos que obriguem a Companhia e/ou suas controladas e/ou que desobriguem terceiros de suas obrigações perante a Companhia e/ou suas controladas; h) A assunção de quaisquer obrigações de exclusividade e/ou de não concorrência; i) Eleição e destituição dos membros da Diretoria; j) **Artigo 21º.** Em quaisquer transações realizadas entre a Companhia e/ou suas controladas e partes relacionadas, a administração deverá observar a Política de Transações com Partes Relacionadas da Randomcorp vigente. **Artigo 22º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por um de seus membros. As convocações para as reuniões serão feitas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através de carta protocolada ou, alternativamente, por meio de correspondência eletrônica (e-mail) com aviso de recebimento, enviada a cada um dos Diretores. **Parágrafo Único.** As reuniões da Diretoria serão validamente instaladas com a maioria dos membros em exercício e das reuniões de Diretoria serão lavradas atas no respectivo livro de atas de reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Seção III - Conselho Fiscal - Artigo 23º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado a requerimento de acionistas e será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerida a sua instalação. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal terá atribuições e poderes que a lei lhe confere. **Parágrafo 2º.** Os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal serão investidos nas suas funções mediante a assinatura de Termo de Posse, registrado no respectivo livro de registro de atas de reunião do Conselho Fiscal. **Parágrafo 3º.** As funções, competência, deveres e responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal deverão obedecer às disposições legais. **Parágrafo 4º.** Quando no exercício de suas funções, os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral, observados os limites legais. **Capítulo III - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 24º.** O exercício social terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro e terminando em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. **Artigo 25º.** As demonstrações financeiras da Companhia serão preparadas de acordo com os princípios contábeis de aceitação geral no Brasil e submetidas, no mínimo, uma vez por ano, à auditoria realizada por firma internacional de auditores independentes a ser selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 26º.** Do lucro líquido apurado no exercício social será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Os acionistas têm direito a um dividendo anual cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observadas as disposições do presente Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Os dividendos serão pagos aos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data na qual sua distribuição for autorizada, exceto caso disposto de outra forma pelos acionistas em Assembleia Geral. **Artigo 27º.** Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços semestrais ou correspondente a períodos menores. A distribuição de dividendos, a partir de lucros apurados em quaisquer balanços, será feita observadas as disposições legais, desde que respeitadas as orientações da Assembleia Geral atinentes à matéria. **Capítulo IV - Dissolução e Liquidação - Artigo 28º.** A Companhia entrará em dissolução e liquidação nos casos e pelo modo previsto na Lei das S.A. ou de acordo com o que determinar a Assembleia Geral, observado o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** Sendo a dissolução e liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante, assim como as disposições legais aplicáveis a serem observadas. **Parágrafo 2º.** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração no período de liquidação. **Capítulo V - Disposições Finais - Artigo 29º.** A Companhia manterá em sua sede cópias dos contratos com partes relacionadas, Acordos de Acionistas e programas ou planos de opções de aquisição de ações ou de outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, e disponibilizará tais cópias aos acionistas que as requererem. **Artigo 30º.** É vedado à Companhia atuar em negócios estranhos aos interesses sociais. **Capítulo VI - Resolução de Conflitos - Artigo 31º.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver todas e quaisquer controvérsias resultantes ou relativas à interpretação ou execução deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à sua existência, validade ou eficácia, obrigatória, exclusiva e definitivamente por meio de arbitragem, instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CAMERS) ("**Câmara de Arbitragem**"), com a exceção das obrigações de fazer assumidas, que estarão sujeitas à execução específica perante o Foro da Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo 1º.** O procedimento de arbitragem será conduzido por um painel composto de 3 (três) árbitros, possuindo cada parte o direito de nomear 1 (um) árbitro, o que deverá totalizar 2 (dois) árbitros, responsáveis por, conjuntamente, nomear o terceiro árbitro. Caso os primeiros 2 (dois) árbitros não cheguem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro, a Câmara de Arbitragem deverá indicar e nomear o terceiro árbitro. **Parágrafo 2º.** A cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, fica eleita como o local de qualquer procedimento de arbitragem. A decisão de arbitragem deverá ser proferida, após finalizar-se o processo, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sob as exigências da Lei nº 9.307/96 ("**Lei Brasileira de Arbitragem**"). **Parágrafo 3º.** Não caberá recurso da sentença arbitral, que terá sobre as partes envolvidas efeito e validade de uma decisão judicial vinculante e transitada em julgado, exceto se previsto diversamente na Lei Brasileira de Arbitragem. **Parágrafo 4º.** Os atos processuais da arbitragem deverão ser conduzidos em português. **Parágrafo 5º.** Sem prejuízo do disposto neste artigo, os acionistas, os administradores, os membros do Conselho Fiscal e a Companhia reconhecem e declaram reciprocamente seu legítimo interesse em exercer direito de ação perante o Poder Judiciário, desde que objetivando, exclusivamente, a tutela acatulatoria de urgência com o objetivo de, mediante a coercitividade do provimento judicial, garantir a efetividade da instância arbitral sempre que se fizer necessário, através de medidas impeditivas ou restritivas estritamente cautelares, em caráter preparatório ou incidental. Nestes casos, fica eleito o foro da comarca Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, como único competente para conhecer e dirimir essas questões.



## Jornal do Comércio

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

## Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais

